



Violência, imprensa e política: o retrato da criminalidade no jornal em ano de eleições¹

Marise Baesso Tristão²

Universidade Federal de Juiz de Fora - MG

RESUMO

A proposta deste artigo é mostrar a relevância cada vez maior dos assuntos violência e segurança pública na mídia, especificamente no jornal impresso, e, conseqüentemente, a forma como a imprensa trabalha com estes temas, reforçando a sensação de insegurança e o discurso hegemônico e neoliberal de necessidade de punição e repressão aos criminosos. Narrativas cujo enquadramento feito, na maioria das vezes, acaba por criminalizar aqueles que vêm das classes econômicas mais baixas, colaborando para reforçar o medo nas classes média e dominante.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; criminalidade; sensação de insegurança; enquadramentos; política

Introdução

A criminalidade é hoje um dos assuntos mais debatidos em todo o mundo e em várias esferas, seja na mídia, no meio político ou em vários outros campos. No Brasil, é tema de preocupação crescente, haja vista que 45 mil pessoas são assassinadas por ano, o que representa um homicídio a cada doze minutos. Outros crimes vêm crescendo dramaticamente, como assaltos, roubos a residências ou estupros.

Diante deste quadro, desenhado e divulgado pelos meios de comunicação de massa, aumenta a sensação de insegurança na sociedade. Pesquisas de opinião pública revelam que a atuação policial é vista como questionável e denúncias sobre corrupção policial ganham destaques na imprensa, alavancando a perspectiva interrogativa sobre a eficácia do aparato estatal e das ações governamentais.

É importante ressaltar que a variável mídia é uma das mais importantes na construção da sensação de insegurança e da imagem da polícia e dos governos. Veículos de comunicação de massa diariamente incorporam em sua grade de produção jornalística os noticiários com o assunto violência e com as operações policiais. Com efeito, às eleições, percebe-se que não há hoje candidato a cargo político,

¹ Trabalho apresentado no DT 1 Jornalismo GP Jornalismo Impresso, X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – marisebaesso@hotmail.com



principalmente em se falando no Poder Executivo, que não tenha o tema como uma de suas metas nos programas de governo apresentados.

Especialmente em um ano de eleições, momento em que a segurança é promessa de prioridade para a maioria dos candidatos, procuramos verificar se existe uma preocupação da imprensa em mostrar a consciência política sobre o problema nas páginas policiais dos jornais, em especial do jornal popular, nosso objeto de estudo e que tem no tema violência o seu carro-chefe.

Para chegar ao objeto de pesquisa, selecionamos matérias do jornal Super Notícia, durante uma semana, para verificar se há enquadramentos e silenciamentos no que se refere às questões que envolvem criminalidade e política. Vamos usar princípios da análise de conteúdo para conhecer as temáticas e os personagens mais recorrentes, a disposição visual das notícias, já que, pelo princípio jornalístico, as notícias mais importantes recebem maior destaque na publicação, quem são as fontes das informações, que imagens são utilizadas, entre outros aspectos.

Partimos do pressuposto de que o jornal apresenta as notícias sobre crime de maneira conformista em relação ao projeto neoliberal, ou seja, sem se preocupar com o fator violência como um problema social ou cujas soluções passem pela criação de políticas públicas a longo prazo. Desta forma, reforçam a política vigente, legitimando ações e discursos, por exemplo, das corporações policiais, que ganham, cada vez mais, a imagem de repressora, aplaudida, por exemplo, quando entram em favelas e provocam mortes “acidentais”, ganhando assim a complacência da população e dos meios de comunicação.

Valores-notícia e enquadramentos

A atividade jornalística não é o espelho da realidade, mas a construção discursiva da realidade, incapaz de transmitir uma verdade incontestável, e que, ainda que busque retratar os fatos com objetividade e isenção, isso não é totalmente possível. Os fatos narrados são escolhidos levando-se em conta os valores-notícias. Segundo Nelson Traquina, o valor-notícia se configura quando “um acontecimento ou assunto é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo ‘valor-notícia’” (TRAQUINA, 2005, p.63).

Mais importante que um assunto, é o enfoque que se dá a ele, o enquadramento feito em um mundo cada vez mais midiático, no qual aumenta a importância de uma



reflexão sobre quais seriam os critérios de escolha no processo de mediação. Os meios de comunicação não reproduzem a complexidade real: selecionam e enquadram partes do cotidiano, trabalhando, assim, com a representação da realidade. Quando o valor-notícia está relacionado ao crime há categorias apontadas por diversos autores que ganham destaque, como tipo de infração, escândalo, lógica do espetáculo, entre outros.

Traquina (2005) também aborda a presença do crime e dos escândalos na imprensa da década de 30 do século XIX – na chamada “*penny press*”. Surgia a definição do que é notícia, com ênfase às notícias locais, às histórias de interesse humano e reportagens sensacionalistas de fatos surpreendentes. O autor cita o jornal americano *New York Sun* como um exemplo dessa nova imprensa, cujas notícias tratavam do discurso parlamentar, as cotações da Bolsa, o câmbio, os conflitos militares, entre outras: “O *New York Sun* não só dava essas informações de forma acessível, como enchia suas páginas com outros assuntos: histórias de crimes, escândalos, tragédias, notícias que o homem comum achava interessantes ou divertidas” (TRAQUINA, 2005, p.67 apud VEIGA, 2009 p. 43).

Veiga, em sua dissertação, mostra que, no século XX, crimes, escândalos e investigações são consolidados como valores notícias. Contudo, ressalta que estudo de Herbet Gans (apud TRAQUINA, 2005), que analisou telejornais de três cadeias norte-americanas (CBS, ABC e NBC), em 1967, e as revistas de informação *Newsweek* e *Time* (em três diferentes anos da década de 70), revelou a presença de outros valores-notícia, em especial, o da notoriedade do ator principal do acontecimento.

O enquadramento de mídia, que leva em conta ainda fatores como a visão do jornalista e seus princípios e os interesses da empresa na qual ele trabalha, é crucial para o entendimento de como se dá o processo de produção do discurso jornalístico no qual certos enfoques são privilegiados em detrimento de outros. Ou seja, algumas notícias terão mais destaque inevitavelmente. Para isso, precisam agradar, chamar a atenção, trazer novidades e seguir os critérios de noticiabilidade e espetáculo.

No que diz respeito à organização burocrática dos meios de comunicação de massa, Mauro Wolf (1985) afirma que o processo informativo, em qualquer empresa jornalística, é composto por ao menos três fases que dão lugar a certas rotinas produtivas e processos de trabalhos comuns. São elas: a captação de materiais informativos, a seleção e a apresentação das notícias. E todas essas fases passam por enquadramentos adotados pelos meios. (BRINATI, 2009, p.19-20))

A atividade jornalística é uma tarefa eminentemente política, porque busca esclarecer os cidadãos. Logo as ideias de imparcialidade e neutralidade são descartadas, pois, informar é uma tarefa política, diz Sylvia Moretzsohn (2002). A autora chama atenção, ainda, lembrando que hoje a mídia vem exercendo funções que ultrapassam as



suas e que caberiam mais à polícia e à justiça. Para a autora, essa invasão de espaços pode ser considerada a partir de uma definição cara à imprensa: “a qualificação de ‘quarto poder’, que data do início do século XIX e lhe confere o status de guardião da sociedade (contra os abusos do Estado), representante do público, voz dos que não têm voz.” (MORETZSOHN, 2002, p. 293)

A mídia muitas vezes nos orienta sobre o que pensar e como estabelecer modelos na sociedade contemporânea do espetáculo, do descartável, do instantâneo. “O espetáculo (...), com suas formas dramáticas e sensacionalistas, produz identidades e sentimentos, numa hierarquização de temas entre os que são de interesse público e os que não se enquadram em tal categoria.” (FREITAS, p. 71)

Mídia, segurança e poder

Sempre que há reflexão sobre o poder, remete-se a um fator considerado essencial: a segurança. Pesquisa Ibope, encomendada pelo movimento “Todos pela Educação”, e divulgada no Jornal Nacional da Rede Globo, em 9 junho de 2010, aponta que a saúde e a segurança pública são as áreas que devem merecer atenção especial do próximo presidente da República brasileiro, que será eleito este ano. Segundo a pesquisa, nos últimos quatro anos, a violência fez com que os cidadãos brasileiros se preocupassem mais com a insegurança. O tema segurança pública que, nas eleições de 2006, ocupava o terceiro lugar, pulou para o segundo em 2010, perdendo para a saúde, que se manteve como prioridade. O levantamento foi feito com duas mil pessoas em todo o país. (VEJA, 2009). Em um início de século XXI, quando a política se consolida como produtora de ações espetaculares, a presença da mídia é considerada vital para aqueles que querem se manter no mundo político. E, se o combate à criminalidade torna-se, como mostra a pesquisa, uma das principais formas de comoção coletiva, ele passa a ser essencial para a política, em seu atual estágio.

Apesar de a campanha eleitoral ter sido liberada, a partir de 6 de julho de 2010, ainda não havia divulgação detalhada dos programas dos candidatos ao Governo de Minas na semana seguinte, quando foi feito este levantamento. No entanto, o tema segurança pública já ganhava importância nos sites dos dois candidatos com melhores posições nas pesquisas de intenções de voto: Hélio Costa (PMDB) e Antonio Augusto Anastasia (PSDB). No site heliocosta.com, havia destaque, em 12 de julho, para a reportagem com o título “Projeto dificulta livramento condicional para quem comete



crimes hediondos.” A matéria ressalta o fato de que o tempo de prisão do condenado por crimes hediondos poderá aumentar.

É o que prevê o projeto (PLS 249/05), de autoria do senador Hélio Costa (PMDB-MG), que será analisado na próxima quarta-feira (14 de julho), a partir das 10h, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta aumenta de dois terços para quatro quintos o tempo mínimo de cumprimento da pena desses criminosos, em regime fechado, para terem direito ao livramento condicional. (COSTA, 2010)

Ou seja, mais uma vez, há uma valorização das leis punitivas. Em sua justificativa, Costa classifica como "inadmissível que um homicida, depois de executar a vítima com requintes de crueldade, possa ganhar a liberdade ao cumprir apenas dois terços da pena". O projeto foi apresentado em 2005, antes da derrubada, pelo STF, de parte da Lei dos Crimes Hediondos, em 2006. A partir daí, a hipótese de cumprimento integral obrigatório da pena para os condenados por crimes hediondos foi desconsiderada.

No blog amigosdoanastasia.blog.br, acessado no dia 13 de julho de 2010, havia destaque também para a questão da segurança pública. No texto, o sociólogo Cláudio Beato, diretor do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e integrante da campanha de Anastasia, destaca os avanços do governo de Minas em “áreas prioritária, como a segurança pública”.

Segundo ele , a estrutura de defesa social do Estado é hoje referência no país e em vários países. Desde 2006, o Governo de Minas destinou mais de R\$ 25,8 bilhões em investimentos, resultando em mais policiais nas ruas com melhores condições de trabalho; sistema prisional mais amplo e eficiente; e redução histórica nos índices de criminalidade em todas as regiões do Estado. (ANASTASIA, 2010)

Note-se, que, mais uma vez, o investimento é no aparato repressivo, principalmente no que se refere a mais policiais e ampliação de sistema prisional.

Nas eleições presidenciais de 2002, a questão da violência já havia recebido lugar de destaque entre os candidatos, inclusive com ataques entre alguns presidenciáveis por conta do tema. Em sua tese, Paulo Sérgio da Silva (2005), ressalta que o candidato José Serra (PSDB) usou o tema contra o candidato Garotinho, quando este subiu de 10% para 15% nas pesquisas de intenção de voto. Serra passou a atacá-lo na TV, acusando-o de ser o principal responsável pelo aumento da violência no Estado do Rio. Serra expõe o conjunto de medidas para a área de segurança no horário eleitoral. Ele “iria fazer com que a polícia agisse de maneira mais eficiente contra o crime,



também mostrou depoimentos de parentes de vítimas da violência colhidos pela autora de novela Glória Perez. Serra prometeu realizar mudanças no Código Penal, de modo que os criminosos passassem a receber penas mais severas.” (SILVA, 2005, p. 79) Ou seja, Serra quer manter o status quo, reforçando o discurso de mais punição. Agora, em na campanha eleitoral 2010, novamente candidato à presidência, Serra vai mais longe e propõe soluções para o “Brasil ganhar a guerra contra o crime.” O termo “guerra”, tão usado pela mídia para retratar a violência urbana, também foi escolhido pela equipe do candidato tucano. Em seu site, há uma reportagem com o seguinte trecho:

Uma solução nacional para um grave problema nacional. É essa a lógica que levou José Serra a propor a criação do Ministério da Segurança Pública para enfrentar o contrabando e o tráfico de armas e drogas, crimes contra os quais o atual governo pouco fez. Nesta quinta-feira, em Bangu, Zona Oeste do Rio de Janeiro, Serra detalhou o projeto: “é para atuar das fronteiras ao litoral”. Com o Ministério, Serra vai articular todas as forças disponíveis no país: Polícia Federal, polícias estaduais e Polícia Rodoviária Federal. Vai contar ainda, quando necessário, com o apoio e colaboração da Receita Federal e das Forças Armadas. O Ministério vai repassar recursos aos Estados para reforçar as atividades e melhorar as condições da segurança pública, modernizar as polícias e requalificar os policiais. (SERRA, 2010)

Os serviços de segurança pública custam aos brasileiros R\$ 16 bilhões por ano. E as promessas dos políticos são de mais investimentos em criação de prisões, compra de armas, equipamentos e contratação de mais policiais, mesmo que o Brasil hoje tenha uma das maiores proporções de policiais por habitantes, segundo o ex-secretário nacional de Segurança Pública José Vicente da Silva. A maioria das pessoas comuns ouvidas pela mídia diariamente e dos entrevistados em pesquisas de opinião querem reforço de homens nas ruas para que aumente a sensação de segurança. Querem punição para os culpados, por acreditar que não deveriam estar nas ruas, mas nas cadeias. As opiniões que aparecem na mídia são reforçadas nos veículos.

“A grande política social da atualidade é a penal, e ela pode ser difundida pela grande mídia, que prepara os espíritos nesse sentido.” (FREITAS, p.44). Geralmente o clamor por vigilância e punição vem dos consumidores de notícia dos veículos preponderantes, ou seja, a classe média e a elite econômica. Punição esta, em geral, pedida nos momentos em que a mídia aponta como personagens as vítimas de tragédias urbanas. Nilo Batista sustenta que “o empreendimento neoliberal precisa de um poder punitivo onipresente e capitalizado, para o controle penal dos contingentes humanos que ele mesmo marginaliza”. (BATISTA, 123 apud SOUZA, 51, 2009)



E Batista pergunta: “Alguém se recorda da última vez em que a promulgação de uma lei criminalizante foi objeto de crítica pela imprensa?” (BATISTA, 2002, p. 274) Para ele, a criminalização é mais do que um ato de governo do príncipe no Estado mínimo: “é, muitas vezes, o único ato de governo do qual dispõe ele para administrar, da maneira mais drástica, os próprios conflitos que criou.” (BATISTA, 2002, p. 274)

Em sua dissertação, Freitas (2009) cita Loïc Wacquant, um dos autores de maior relevância na criminologia atual, para falar que o crime vem sendo retirado de seu contexto para saciar a fome de ordem do eleitorado, muitas vezes estimulado por reportagens veiculadas na imprensa. Wacquant chama de pornografia da criminalidade as atitudes de políticos que têm uma devoção pessoal às forças da lei e da ordem e prometem reduzir, por exemplo, as taxas de criminalidade a qualquer custo.

Para Wacquant, o que mudou não foi tanto a criminalidade, mas a visão sobre as classes despossuídas. Enquanto o Estado se volta para tendência liberal, reduzindo as políticas em vários setores e adotando o “laissez-faire” como política básica para a economia, passa a reprimir os mínimos movimentos das classes pobres. Para isso, gasta grandes quantias com o sistema carcerário. Mas, “além de manter o controle social sobre as classes despossuídas e sobre as minorias étnicas, o espetáculo da segurança torna-se um fenômeno midiático e que pode render enormes dividendos políticos (FREITAS, p. 23)

Se é importante para a mídia, é também para a política, que trabalha, quase sempre, para dar respostas ao clamor da opinião pública. “No mundo contemporâneo, o indivíduo comum escolhe seus representantes não pelas suas plataformas políticas, mas pelos temas que propõem e pelas suas biografias políticas, administrativas e pessoais”. (MANIN, 1995: 25, apud JORGE, p. 18, 2003). E as matérias jornalísticas são um dos elementos a partir do qual o leitor vai formando sua opinião até decidir em quem votar. Mesmo tendo a finalidade de informar e de ter o seu importante papel reconhecido, a grande imprensa, com seus enquadramentos, tem sido decisiva para reforçar o discurso majoritário. Apesar das promessas eleitorais, o tema violência aparece quase sempre apenas nas páginas policiais, sem haver link das notícias com problemas do dia a dia, como saúde e educação, principalmente nos jornais populares.

Para a criminóloga venezuelana, Lola Aniyar de Castro, a insegurança “pode ser dividida entre insegurança real e sentimento de insegurança, ou seja, entre a possibilidade de sofrermos alguma agressão e o medo que sentimos de prováveis perigos que imaginamos que existem.” (CASTRO, apud FREITAS, p. 60).



Questionamentos sobre este sentimento de insegurança, reforçado pela mídia, também são feitos por outros autores. Diana Souza ressalta que não se desconhece a violência nos grandes centros urbanos, porém, aponta que há “certo excesso na representação da violência real. O que nos leva a inquirir se os meios de comunicação de massa não acabariam por produzir uma violência mais intensa do que realmente é.” (SOUZA, 2009, p. 38). Para os autores, Paulo Vaz, Mariana Cavalcanti e Carolina Sá Carvalho, há um “exagero dramático” em relação ao Rio de Janeiro, por exemplo, que causa nos cariocas a sensação de que se pode morrer não só em virtude da violência, mas de medo (ataque cardíaco, por exemplo). Eles consideram que “como o número de informações sobre crimes oriundos da experiência alheia é maior do que a experiência direta de ser vitimizado, as estimativas dos indivíduos serão influenciadas, sobretudo, pelo que ocorreu com os outros.” (VAZ et al 2005b apud DIANA, 2009, p. 38) Estes autores, também apontam a mídia como a principal fonte de informação sobre o crime.

Demanda por ordem na mídia

Com destaque não só em jornais populares, o tema violência ganha manchetes em outros veículos. No entanto, em geral, são matérias superficiais e que primam pelo espetáculo, que acabam por reforçar estereótipos. Reportagem de capa da Revista Veja, de dezembro de 2009, é um importante exemplo da situação do medo da violência no país e diz que:

Esse conjunto nefasto empurra os cidadãos para dentro de casa, afastando-os das ruas e praças, que ficam à mercê dos bandidos. O medo domina o ambiente nas cidades, nos negócios, afasta investimentos e traz enormes prejuízos às famílias. Encarar essa questão é uma das emergências do país. (FRANÇA, 2010)

Para 80% dos brasileiros, a situação da violência está fora de controle; e as ações da polícia para acabar com o crime são inadequadas, segundo 53% dos entrevistados. A formação dos policiais está aquém do esperado por 60% das pessoas. É um diagnóstico grave, diz Veja. “A população está com medo e confia pouco na polícia (46% das respostas). A vida nas cidades é insegura para um terço dos moradores. E o medo sabota as cidades. Ruas vazias são territórios de gangues.” E a revista opina que são as polícias que precisam fazer algo: “Mas a operação de desembarque dos brasileiros de volta às suas ruas e praças e aos passeios noturnos não pode ser um ato de coragem individual. Ela tem de ser liderada por suas polícias. Isso só acontecerá se, antes, elas mesmas se libertarem das amarras que sequestram sua eficiência.”



Esta demanda por ordem e segurança é crescente nos veículos de comunicação atrelados às classes dominantes. Em sua dissertação de mestrado, Freitas (2009) critica duramente a visão dos veículos tradicionais. Ele tem como hipótese principal o fato de a demanda por ordem construída na mídia ser influência marcante na construção da política pública que é feita na “segurança pública” e nas práticas de polícia. O autor lembra que punir mais, ser mais rigoroso com o “crime” em nada tem reduzido a violência. “Vemos que a taxa de criminalidade não é afetada pela política penal, mas está intimamente dependente do desenvolvimento econômico” (FREITAS, p. 10). Mesmo assim, a mídia insiste em julgar e cobrar mais e mais rigor, criminalizando um único tipo: o pobre. “Há de se levar em conta que boa parte do que se conhece como criminalidade nada mais é do que criminalização dos mais pobres ou insegurança dos mais ricos face a uma situação de desigualdade gritante.” (FREITAS, p.16-17)

A política de segurança, em geral, tem alguns traços principais, como o fato de adotar o endurecimento da polícia e do poder judiciário, com a aceleração de processos e o aumento da população carcerária. “Cria-se a ilusão de que se obterá mais segurança urbana com o aumento do rigor da legislação penal, legitimando a violência policial e procura-se um inimigo que não se define exatamente quem seria – embora, como apontou Wacquant, ele tenha cor e classe bem definida”. (FREITAS, p. 27).

Nos jornais, nas seções cartas de leitores há aprovação para as ações policiais que terminam com a prisão de criminosos e até de mortes destes quando eles vêm das classes mais baixas. Quase não há espaço para matérias que questionam a falta de direitos e estrutura nas cadeias. Quando elas são feitas, os leitores também respondem com duros questionamentos, perguntando se deve haver direitos para quem matou, roubou ou integrou o tráfico de drogas. Esta é a sociedade que vem sendo formada. Aquela que teme o outro e que exige segurança a qualquer preço por parte do policial.

Um estudo de caso – Super notícia

O jornal Super Notícia, com sede em Belo Horizonte, é um fenômeno de venda. Com foco principal nas notícias que envolvem ações policiais, ele foi o escolhido para a análise justamente por ser hoje o mais vendido do país, por ser um veículo mineiro e popular, que confere grande destaque ao tema violência. Criado em 1º de maio de 2002, hoje tem uma tiragem diária aproximada de 330 mil exemplares, batendo até mesmo a Folha de S.Paulo. As vendas são realizadas principalmente na região metropolitana da capital mineira, mas o jornal tem entrada na maioria das cidades do estado.



Em agosto de 2007, o Super, atualmente vendido a R\$ 0,25, alcançou o primeiro lugar no ranking dos jornais de maior circulação geral do país, com uma média de 300.322 exemplares vendidos por dia, de acordo com Instituto Verificador de Circulação (IVC). Essa classificação, além de vendas avulsas em bancas e por ambulantes, também contabiliza as assinaturas. Com isso, o Super Notícia está à frente de tradicionais jornais de circulação nacional, como Folha de S. Paulo (2º do ranking), O Globo (3º) e O Estado de S. Paulo (5º). Desde julho de 2007, no entanto, o Super Notícia já havia assumido a primeira colocação no ranking de vendas avulsas, superando o Extra, do Rio de Janeiro, (2º em vendas avulsas, 4º em circulação geral). (NORONHA, 2007, p. 25)

Apesar de ser popular, o Super Notícia, é ligado à chamada grande imprensa. Ele é editado pela Sempre Editora, do empresário Vittorio Medioli, ex-deputado federal (PSDB-MG), cujo partido é o mesmo do atual Governo de Minas e que é dono de um conglomerado de comunicação. Além do Super, a Sempre Editora publica os jornais O Tempo, O Tempo Contagem, O Tempo Betim, o semanário Pampulha (distribuído, gratuitamente, na capital), o Primeira mão (jornal de classificados), além da revista Star. Com o objetivo de ampliar o número de leitores e atingir também o seguimento C, D e E, a Sempre Editora lançou, em 2002, por R\$0,50, o tablóide Super Notícia. Em 2005, o preço foi reduzido para R\$0,25 diante da concorrência com outro jornal popular criado em Minas. Além da tradicional venda em bancas, criou um sistema de promoções, associando a compra de exemplares diários a ganhos de diversos produtos, como aparelhos eletrônicos, utensílios domésticos, itens de futebol, como camisas, o que é mantido até hoje. Durante a semana analisada para este artigo, entre 29 de junho e 5 de julho, período que coincidia com a Copa do Mundo na África do Sul, a promoção em questão era juntar o selo diariamente para ganhar um kit Seleção, com squeeze (garrafinha), Bandeira do Brasil e camisa da Seleção Brasileira.

O jornal tem, em média, 32 páginas diárias. Não apresenta editorias de Economia e Política. Suas editorias são Opinião, Cidades, Geral, Variedades e Esportes. Não há preocupação em tratar a violência como um problema que precisa ser resolvido por via política, através de definições de ações públicas. Os casos são tratados de maneira mais voltada para o espetacular, apesar de a linguagem não ser chula e não haver manchetes que busquem o duplo sentido ou o texto de mau gosto. O que o torna mais popular são o formato, as cores fortes, as matérias curtas, a presença sempre de uma fotografia de mulher seminua na capa, onde as letras são grandes e chamativas.

Trazendo como valores-notícia, principalmente, proximidade, utilidade e entretenimento, o jornalismo popular, de acordo com Amaral, trata, sobretudo, de “cidades, polícia, esportes, utilidade pública, oportunidades e entretenimento em textos curtos e numa linguagem direta e simples” (AMARAL, 2006, p.42). Super não foge à regra e dá mais ênfase, nas notícias, ao cotidiano da cidade, abordando assuntos



próximos à realidade do leitor, além de focar em entretenimento, esporte, prestação de serviço e utilidade pública. (NORONHA, 2007, p.32-33)

Durante a semana de análise do Super, foram dadas três manchetes para o caso do goleiro Bruno, do Flamengo, principal suspeito do desaparecimento e possível assassinato de sua ex-namorada Elisa Samúdio. O caso também foi considerado “A Notícia do Dia”, principal seção do jornal, nas datas: 29 de junho, 30 de junho, 1º de julho, 2 de julho, 3 de julho e 4 de julho. Nestes casos, as letras são sempre grandes, em cores vermelha ou preta. No caso de Bruno, conta como valor-notícia a notoriedade do personagem, além de outras características do crime, como o mistério do desaparecimento do corpo, os motivos passionais, entre outros, muito caros à imprensa. É preciso destacar que a “Notícia do Dia” recebe um tratamento muito diferente do restante do jornal. Na matéria principal, os repórteres buscam informações a mais, fontes diversas e agem como verdadeiros investigadores. Nilo Batista ressalta que

(...) cumpre reconhecer que quando o jornalismo deixa de ser uma narrativa com pretensão de fidedignidade sobre a investigação de um crime ou sobre um processo em curso, e assume diretamente a função investigatória ou promove uma reconstrução dramatizada do caso – de alcance e repercussão fantasticamente superiores à reconstrução processual – passou a atuar politicamente. (BATISTA, 2002, p. 275)

Durante a semana analisada, alguns fatos preliminares chamaram atenção. Apesar de ser a semana prévia de lançamento das candidaturas para as eleições de outubro, nas quais serão escolhidos presidente da República, governador, senadores e deputados federais e estaduais, há um silenciamento sobre este assunto. Com relação aos candidatos a presidente, foram duas notícias. No dia 1º de julho, na página 9, na editoria Geral, havia a seguinte matéria “Tortura – Dilma também será indenizada”. Era uma notícia sem fotografias que falava sobre os 150 ex-presos políticos que receberiam uma reparação simbólica pelas torturas físicas e psicológicas sofridas durante o “regime militar”, de acordo com a lei estadual do Rio de Janeiro 3.744/2001. Apenas no último parágrafo, era mencionado: “Conforme a secretaria (Estadual de Direitos Humanos), Dilma está no grupo que receberá o valor no próximo ano”. Não há detalhamento sobre quem é Dilma, não há sobrenome e nem o partido ao qual ela pertence. Não há informações sobre sua candidatura às eleições de outubro. A matéria no meio da página, ocupa duas colunas.

A única foto de político que aparece durante a semana é a do presidente José Serra (PSDB), em cores, e no meio da página 10, na seguinte matéria: “Sabatina – Blecaute acontece no momento em que Serra entra para debate”. A matéria fala sobre a ida de Serra ao debate na Confederação Nacional de Agricultura (CNA), em Brasília. Não é destacada



nenhuma política para o setor. A reportagem diz que o tucano chegou atrasado e afirma que Dilma não foi porque estava com problemas na agenda. Sobre Marina Silva, candidata do PV, a informação é de que ela teria confirmado a ida ao debate, mas não foi “porque não recebeu as perguntas que seriam feitas pelos agricultores.” A notícia tem três colunas. Na última, o espaço é dado para Serra dar indiretas a Dilma, que não teria mostrado transparência ao não ir ao debate. A matéria também encerra com mais críticas: “O candidato criticou o Governo Lula por ajudar financeiramente o MST”.

Na semana avaliada, também estava em debate, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, projetos que envolviam modificações nas carreiras de professores, policiais civis e militares. No caso dos militares, o debate era em torno do projeto que propunha curso superior obrigatório para a entrada na corporação. Apesar disso, o único assunto abordado foi o reajuste aprovado para os professores da rede estadual, em reportagem publicada na página 7, no dia 29 de junho, com o título “2º turno – Reajuste aprovado”. Houve um silenciamento com relação ao projeto relativo à PM.

No que se refere à relação política e polícia, durante a semana, três casos chamaram atenção. Um deles foi o de policiais militares investigados por denúncias de cometerem crimes no município de Conceição do Pará (MG). A matéria foi divulgada na página 5, no dia 29 de junho. As suspeitas de extorsão, tortura, apologia ao crime, acobertamento de roubo de cargas e sonegação fiscal, enriquecimento ilícito, desrespeito à hierarquia militar, ameaça de morte, abuso de autoridade e invasão de domicílio são feitas contra policiais, e os principais acusados são um sargento e um cabo da PM. O caso está na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, e o presidente da comissão Durval Ângelo (PT) foi ouvido na matéria. Ele recomendou o envolvimento da Corregedoria da PM de Minas, OAB, Ouvidoria de Polícia e outros órgãos nas investigações. O advogado de defesa do sargento foi ouvido. O corregedor da PM, coronel Cezar Romero Machado Santos, disse que havia sido instaurado inquérito policial militar (IPM).

Em outras duas reportagens, o que temos a destacar são os elogios a ações na área de segurança pública realizadas pelo Governo de Minas. Ações essas que primam pela delação como política de segurança pública e não pela prevenção. As duas reportagens, que ocupam, cada uma, um quarto de página em dias diferentes, trazem uma logomarca com o nome “Governo de Minas”, mas não há tratamento gráfico que mostre que são reportagens comerciais. Pelo contrário, aparecem com corpo, título, cercamento, exatamente como no restante do material jornalístico. A primeira, publicada no dia 30 de junho, na página 4, na editoria Cidades, com fotografia do cartaz da campanha, tem o seguinte título “Direitos humanos – Crescem denúncias de crimes contra crianças”. Embaixo, aparece a frase



“Aumentam em 39% registros de casos de violação dos direitos das crianças”. Sem entrevistar fontes, a matéria ressalta ações do Governo de Minas, que é do PSDB. Diz o texto: “O aumento das denúncias é resultado direto da campanha Proteja Nossas Crianças, idealizada pelo governo de Minas, uma das maiores mobilizações já realizadas no país no combate à violência doméstica e exploração sexual de crianças e adolescentes. (...) Criado em 2000, o Disque Direitos Humanos é mantido 100% com recursos do Governo de Minas e faz atendimento telefônico e monitoramento de denúncias de todos os tipos de violações de direitos humanos.” A voz é a do próprio Governo. Na há contestações, números que esclareçam os elogios, com exceção da porcentagem de aumento das denúncias. Ressalte-se que não há um trabalho para que se previna este tipo de violência. Na análise, é reforçada, então, a característica de se punir o criminoso. Para isso, há recursos públicos.

Na quinta-feira, 7 de julho, na página 7, no alto da página, ocupando um quarto dela, nova matéria, nos mesmos moldes da anterior, com a logomarca do Governo de Minas, com o seguinte título “Ação social – Governo lança espaço para cuidar de direitos humanos”. A frase embaixo é a seguinte: “Casa no Centro de BH vai abrigar dez conselhos estaduais”. O texto elogia a iniciativa, a localização da casa e diz: “São várias as iniciativas para reduzir a violência contra crianças e idosos, para garantir o direito de ir e vir às pessoas com deficiência, para diminuir as agressões contra a mulher. Recentemente o governo lançou a campanha Fala Mulher, que estimula as denúncias de crimes contra mulheres em todo o Estado.” Na mesma página, há uma retranca, com fundo azul, no qual há mais elogios para ações do governo tucano de Antonio Augusto Anastasia, que ocupou o cargo no lugar de Aécio Neves, candidato ao senado. “Reforço à rede de proteção”. A matéria começa da seguinte maneira: “Dentro de sua política de proteger os direitos da pessoa humana, o governo de Minas resolveu reforçar a estrutura de oito delegacias especializadas da mulher de Belo Horizonte e de cidades do interior. Essas delegacias receberam dez viaturas. Delegacias de outras 39 cidades vão também receber 110 computadores, que vão dar mais agilidade ao trabalho.” Também nesta matéria fica exposta a visão do governo, no sentido de aparelhar a polícia contra o crime e não buscar ações sociais.

Considerações finais

Se o que aparece nos jornais é, em grande parte, a violência praticada por aquele que ocupa as camadas mais baixas economicamente falando, cria-se, desta forma, uma sensação de insegurança e um pânico entre os consumidores da notícia com relação a esta população. A sociedade se divide cada vez mais, o que é reforçado pela mídia, que cobra justiça diante de crimes, justiça esta que não é nada mais do que maior rigor e prisão para



quem comete os delitos que aparecem no jornal. O outro, que aqui é o pobre, não tem direito a voz e também não há espaço para direitos humanos, para dignidade no sistema carcerário. Cada vez mais, na mídia, há uma criminalização da pobreza, reforçando, desta maneira, as leis vigentes e a cobrança por punição, sem que se fale em direitos humanos, em motivos e em desigualdade social. Os políticos, principalmente em ano eleitoral, tendem a atender os chamados da opinião pública e, ao falar de segurança pública, reforçam os clamores vigentes.

Se pesquisas mostram que para 80% dos brasileiros a situação da violência está fora de controle e para 53% as ações da polícia para acabar com o crime são inadequadas, como pesquisa divulgada pela Revista Veja, as promessas políticas são de resposta imediata a esta “guerra”, como fica bem claro em uma reportagem divulgada no site de campanha do candidato José Serra. Os políticos, em campanha, prometem mais rigor e mais investimentos em sistemas de punição.

Com relação ao jornal analisado, percebe-se um silenciamento do debate múltiplo, com vozes vindas de vários setores da sociedade. Fora o espetáculo da notícia sobre crime, que tem como fonte as próprias corporações policiais, as fontes vêm do governo. E, embora estejamos em ano de eleição, não se fala deste tema na semana analisada. Mas aparecem, em meio a flagrantes policiais, duas matérias, no período de uma semana, que elogiam amplamente ações do Governo de Minas, sem contestação. É preocupante, a meu ver, esta forma como o jornal coloca estas questões. Sendo o Super um jornal com venda superior a 300 mil exemplares diariamente, está sendo lido por milhares de mineiros, que estão nas camadas C, D e E da população, e que vão ser influenciados, de alguma maneira, por aquilo que estão lendo neste jornal, que elogia ações políticas repressivas de um lado e ignora a prevenção e a necessidade de maior discussão de outro, que mostra a violência como espetáculo e não como ação que precisa ser compreendida e combatida a longo prazo. O que se vê é a opinião pública a serviço do poder vigente.

Referências bibliográficas

BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio.). In: Discursos Sediciosos. nº 12 Revista Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro: Revan, 2002. pp. 271-289

BRINATI, Francisco Ângelo. **Jornalismo político e identificação eleitoral**: a construção da imagem de Carlos Alberto Bejani pelos jornais impressos de Juiz de Fora – MG – dissertação de mestrado UFJF, 2010

FRANÇA, Ronaldo. **Dossiê**: A polícia e o cidadão diante do crime. Veja 2.141 de 2 de dezembro de 2009. <<http://veja.abril.com.br/021209/sem-medo-verdade-p-154.shtml>>. Acesso em 10/07/2010



FREITAS, Amílcar Cardoso Vilaça de. **A imprensa carioca e a demanda por ordem no século XXI: estresse para todos?**. Rio de Janeiro, UFF. Dissertação de mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais, 2004.

JORGE, Vladimyr Lombardo. **Meios de comunicação de massa e Poder Legislativo** -uma análise da abertura do Congresso Nacional pelos jornais brasileiros, 1985 a 1990. Tese apresentada ao IUPERJ – doutorado em Ciências Humanas: Ciência Política, Rio de Janeiro, 2003

MORETZSOHN, Sylvia. **O caso Tim Lopes: o mito da “mídia cidadã”**). In: Discursos Sediciosos. n° 12 Revista Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro: Revan, 2002. pp. 291-317

NORONHA, Flávia Lima Ayer. **Super fenômeno** – o sucesso de um jornal popular mineiro. Monografia curso de graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte. 2007.

RAMOS, Sílvia e PAIVA, Anabela. **Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. IUPERJ. Rio de Janeiro. 2007.

SILVA, Paulo Sérgio da. **Agenda setting e a eleição presidencial de 2002 no Brasil**. Tese apresentada na USP. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. 2005.

SOUZA, Diana Paula de. **Mídia e criminalidade: o tratamento dos casos Abílio Diniz e Daniela Perez pela imprensa e suas implicações no direito penal brasileiro**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura – ECO, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo** - Volume I: Por que as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2. Ed.,2005.

_____. **Teorias do Jornalismo** - Volume II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

VEIGA, Isabela Rodrigues. **Coberturas jornalísticas e construção de reputação institucional: a representação da Polícia Federal na imprensa e seus reflexos identitários**. Dissertação Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2009.

<amigosdoanastasia.blog.br> Acesso em 13/07/2010

<http://heliocosta.com> Acesso em 12/07/2010

<http://joseserra.psdbr.org.br/noticias/brasil-vai-ganhar-a-guerra-contra-o-crime-diz-serra> Acesso em 10/07/2010